PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA DE GRAU 1, NÍVEL 1, DA CARREIRA NÃO REVISTA DE PESSOAL DE INFORMÁTICA, DO MAPA DE PESSOAL DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, NA MODALIDADE DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, RESTRITO A CANDIDATOS ABRANGIDOS PELO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS (PREVPAP), PARA EXERCER FUNÇÕES NA ÁREA DE APOIO INFORMÁTICO DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DOS SERVIÇOS CENTRAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ATA 1

Aos dezassete dias do mês de dezembro, de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, reuni, nas instalações da Reitoria da Universidade de Lisboa, sitas na Alameda da Universidade, Cidade Universitária, Lisboa, na sequência de despacho reitoral autorizador n.º 243/2019 de 05.12.2019, o Júri do procedimento em epígrafe, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho para técnico de informática de grau 1, nível 1, da carreira não revista de pessoal de informática, do mapa de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por termo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), para exercício de funções na Área de Apoio Informático do Departamento de Informática dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, designado na Informação acima referida e constituído por: Presidente, Maria Dulce Pedroso Domingos, Pró-Reitora da Universidade de Lisboa; 1º Vogal efetivo Sérgio Paulo da Conceição Vicente, Diretor do Departamento de Informática dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa; e 2º Vogal efetivo, Nuno Jorge Cardoso Alves Abrantes, Coordenador da Área de Apoio Informático do Departamento de Informática dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.

A reunião do júri destinou-se, nos termos do artigo 14.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a definir os requisitos de admissão, os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do único método de seleção.

Os requisitos gerais de admissão a aplicar ao candidato são os definidos no artigo 17.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e que exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínulo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. Como requisito específico define-se a titularidade de curso tecnológico, curso das escolas profissionais ou curso que confira certificado de qualificação de nível III em áreas de informática, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular, nos termos do disposto no n.º 6, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. A avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar. A avaliação é expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo que a classificação obtida corresponde à média ponderada dos seguintes fatores: Habilitação académica (HA), Formação profissional (FP) e Experiência profissional (EP), através da seguinte fórmula:

\[
AC = \frac{(HA + FP + EP)}{3}
\]
Em que: AC – Avaliação curricular; HA – Habilitação académica; FP – Formação profissional; EP – Experiência profissional.

**Habilitação académica (HA)**
Neste parâmetro será apreciada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico, da seguinte forma:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Habilitação académica</th>
<th>Valoração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nível habilitacional exigido</td>
<td>14 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>Um grau ou ciclo académico superior ao nível exigido</td>
<td>16 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>Um grau ou ciclo académico acima do nível exigido em área de formação relacionada com as funções</td>
<td>18 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>Dois ou mais graus ou ciclos académicos acima do nível exigido em área de formação relacionada com as funções</td>
<td>20 valores</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Formação profissional (FP)**
Neste parâmetro serão consideradas as ações de formação de aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e competências necessárias ao exercício da função, devidamente comprovadas, sendo que:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ações de formação</th>
<th>Valoração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Uma a três ações de formação</td>
<td>12 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>Quatro a seis ações de formação</td>
<td>14 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>Mais de seis ações de formação</td>
<td>20 valores</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Experiência profissional (EP)** com incidência sobre o exercício de funções do posto de trabalho a concurso, sendo que:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Experiência Profissional (em anos)</th>
<th>Valoração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Inferior a 1 ano</td>
<td>12 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>[1, 2[</td>
<td>14 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>[2, 3[</td>
<td>16 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>[3, 4[</td>
<td>18 valores</td>
</tr>
<tr>
<td>Superior a 4 anos</td>
<td>20 valores</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A ordenação final dos candidatos que completam este método de seleção será efetuada numa escala de 0 a 20 valores e resultará da ponderação da seguinte fórmula:

CF = AC

Em que: CF – Classificação final; AC – Avaliação curricular

O júri deliberou ainda aprovar o modelo da ficha individual de avaliação curricular, que faz parte integrante da presente Ata (Anexo I), não acessível para consulta.
Nada mais havendo a deliberar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri presentes.

O Júri:

Presidente

(Maria Dulce Pedroso Domingos)

1.º Vogal efetivo

(Sérgio Paulo da Conceição Vicente)

2º Vogal efetivo

(Nuno Jorge Cardoso Alves Abrantes)

Anexos: o mencionado
CANDIDATO:

CLASSIFICAÇÃO = \[ AC = \frac{(HL + FP + EP)}{3} \] = 0

| Habilitação académica (HA) = | o |
| Formação Profissional (FP) = | o |
| Experiência Profissional (EP) = | o |

### HABILITAÇÃO ACADÉMICA

| Nível habitacional exigido | 14 valores |
| Um grau ou ciclo académico superior ao nível exigido | 16 valores |
| Um grau ou ciclo académico acima do nível exigido em área de formação relacionada com as funções | 18 valores |
| Dois ou mais graus ou ciclos académicos acima do nível exigido em área de formação relacionada com as funções | 20 valores |

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

| Uma a três ações de formação | 12 valores |
| Quatro a seis ações de formação | 15 valores |
| Mais de seis ações de formação | 20 valores |

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

| Exercício de funções do posto de trabalho a concelho | 12 valores |
| Inferior a 1 ano | 14 valores |
| [1, 2] anos | 16 valores |
| [2, 3] anos | 18 valores |
| [3, 4] anos | 20 valores |
| Superior a 4 anos |  |

Universidade de Lisboa, de de de

Os membros do Júri